

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	40
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	41

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,02346
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,02346
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,02346
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,05112
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,05112
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,05112
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.150.049	1.131.991
1.01	Ativo Circulante	66.414	37.348
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.573	1.761
1.01.03	Contas a Receber	18.841	14.596
1.01.03.01	Clientes	2.264	1.914
1.01.03.01.01	Concessionárias	2.264	1.914
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.577	12.682
1.01.03.02.01	Rendas a receber	16.577	12.682
1.01.04	Estoques	5.960	5.953
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.434	13.541
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.434	13.541
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7.413	12.306
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.021	1.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.606	1.497
1.01.08.03	Outros	1.606	1.497
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.558	1.449
1.02	Ativo Não Circulante	1.083.635	1.094.643
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.401	1.253
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.401	1.253
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	775	635
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	431	443
1.02.01.10.05	Outros créditos	195	175
1.02.03	Imobilizado	1.071.121	1.081.565
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.026.296	1.038.868
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	1.845	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	42.980	42.697
1.02.04	Intangível	11.113	11.825
1.02.04.01	Intangíveis	11.113	11.825
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	10.458	11.138
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	208	246
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	447	441

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.150.049	1.131.991
2.01	Passivo Circulante	68.051	53.870
2.01.02	Fornecedores	3.303	5.486
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.303	5.486
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.161	6.100
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.150	6.051
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.326	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.824	6.051
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9	35
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	14
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.607	5.529
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.607	5.529
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.607	5.529
2.01.05	Outras Obrigações	41.103	31.259
2.01.05.02	Outros	41.103	31.259
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.347	22.910
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.673	4.998
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	4.083	3.351
2.01.06	Provisões	6.877	5.496
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32	31
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	32	31
2.01.06.02	Outras Provisões	6.845	5.465
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.845	5.465
2.02	Passivo Não Circulante	182.939	182.243
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	88.443	87.782
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	88.443	87.782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	88.443	87.782
2.02.02	Outras Obrigações	46.937	45.126
2.02.02.02	Outros	46.937	45.126
2.02.02.02.05	Uso do bem público	44.669	44.298
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	2.268	828
2.02.03	Tributos Diferidos	32.979	34.222
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.979	34.222
2.02.04	Provisões	14.580	15.113
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.080	12.730
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	149
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	943	906
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	12.137	11.675
2.02.04.02	Outras Provisões	1.500	2.383
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.500	2.383
2.03	Patrimônio Líquido	899.059	895.878
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	67.185	76.622
2.03.04.01	Reserva Legal	48.926	48.926

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.341	2.444
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	12.334
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	12.618	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	324	324

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.183	36.405
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.938	-17.201
3.02.01	Custo com energia elétrica	-466	-389
3.02.02	Custo de operação	-16.472	-16.812
3.03	Resultado Bruto	30.245	19.204
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.235	-1.527
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.234	-3.332
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.805
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.010	17.677
3.06	Resultado Financeiro	-6.980	-5.059
3.06.01	Receitas Financeiras	444	1.252
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.424	-6.311
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.030	12.618
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.412	-5.318
3.08.01	Corrente	-8.655	-5.489
3.08.02	Diferido	1.243	171
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.618	7.300
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.618	7.300
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01186	0,00000
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01010
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01186	0,00000
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01010
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	12.618	7.300
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.618	7.300

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.999	-35.504
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.712	28.638
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.030	12.618
6.01.01.04	Tributos diferidos	0	11
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	13.447	12.182
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	63	321
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.739	4.657
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.300	1.329
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	37	31
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	403	-2.389
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	862	220
6.01.01.15	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	67	0
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-241	-126
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	12	12
6.01.01.20	Outros	-7	-228
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.713	-64.142
6.01.02.01	Concessionárias	-350	-380
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-132	-183
6.01.02.03	Rendas a receber	-3.895	2.938
6.01.02.04	Estoques	-7	-85
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-130	0
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-129	-777
6.01.02.08	Fornecedores	-2.183	-290
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	1.613	-7.032
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	1	0
6.01.02.13	Provisões	-759	-800
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.254	-1.183
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	205	1.886
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.693	-58.236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-73	-1.376
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-73	-1.376
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-114	32.766
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-6.667
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	39.676
6.03.04	Pagamentos de encargos de dívidas	0	-243
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-114	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.812	-4.114
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.761	23.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.573	19.476

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.437	0	0	-9.437
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019	0	0	-9.437	0	0	-9.437
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.618	0	12.618
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.618	0	12.618
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	67.185	12.618	324	899.059

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.300	0	7.300
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.300	0	7.300
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	62.392	7.300	373	888.997

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	52.456	41.731
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.079	40.204
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	377	1.527
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.252	-4.215
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42	18
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.447	-4.044
7.02.04	Outros	-763	-189
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-472	-447
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-291	258
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.204	37.516
7.04	Retenções	-13.479	-12.215
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.479	-12.215
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.725	25.301
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	466	1.301
7.06.02	Receitas Financeiras	466	1.301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.191	26.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.191	26.602
7.08.01	Pessoal	3.435	3.181
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.671	2.559
7.08.01.02	Benefícios	592	455
7.08.01.03	F.G.T.S.	172	167
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.709	9.735
7.08.02.01	Federais	12.637	9.464
7.08.02.02	Estaduais	66	238
7.08.02.03	Municipais	6	33
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.429	6.386
7.08.03.01	Juros	7.424	6.311
7.08.03.02	Aluguéis	5	75
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.618	7.300
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.618	7.300

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2019(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T19	1T18	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1,150,049	1,182,683	-2.8%
Patrimônio Líquido	R\$ mil	899,059	888,997	1.1%
Dívida Líquida	R\$ mil	66,477	111,704	-40.5%
Dívida Líquida/ Patrimônio líquido	Vezez	0.07	0.13	-41.2%
Dívida Líquida/ EBITDA (3 meses)	Vezez	0.53	0.81	-34.4%

RESULTADOS	Unidade	1º Trimestre		Var. %
		1T19	1T18	
Receita Líquida	R\$ mil	47,183	36,405	29.6%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-19,707	-18,339	7.5%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-466	-389	19.8%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	27,010	17,677	52.8%
EBITDA	R\$ mil	40,457	29,859	35.5%
Resultado financeiro	R\$ mil	-6,980	-5,059	38.0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	20,030	12,618	58.7%
Lucro líquido	R\$ mil	12,618	7,300	72.8%

* inclui depreciação e amortização

Margens

Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	85.7%	82.0%	3.7%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	26.7%	20.1%	6.7%

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T19, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.028,7 GWh de energia, valor 22,3% menor do que os 1.323,5 GWh gerados no 1T18, devido à redução da afluência (vazão) do Rio Tocantins. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final do 1T19 no valor de 96,9%, 1,2 pontos percentuais acima dos 95,7% do 1T18.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	1T19	1T18	var. %
Receita operacional bruta	52,079	40,204	29.5%
(-) Deduções à receita operacional	-4,896	-3,799	28.9%
(=) Receita operacional líquida	47,183	36,405	29.6%
Gastos não gerenciáveis	-466	-389	19.8%
Energia elétrica comprada para revenda	-37	18	-305.6%
Encargos de uso da rede elétrica	-428	-406	5.4%
Outros gastos não gerenciáveis	-1	-1	0.0%
Margem bruta	46,717	36,016	29.7%
Gastos gerenciáveis	-6,260	-6,157	1.7%
Pessoal	-3,734	-3,489	7.0%
Materiais e serviços de terceiros	-2,237	-2,605	-14.1%
Arrendamentos e aluguéis	-3	-72	-95.8%
Provisões e contingências	-1	1,805	-100.1%
Outros gastos gerenciáveis	-285	-1,796	-84.1%
EBITDA	40,457	29,859	35.5%
Depreciação e amortização	-13,447	-12,182	10.4%
Resultado financeiro	-6,980	-5,059	38.0%
Imposto de renda e contribuição social	-7,412	-5,318	39.4%
Lucro líquido	12,618	7,300	72.8%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 47,1 milhões no 1T19, acréscimo de 29,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 10,8 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos, bem como Projeção do IPCA. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,466 milhões no primeiro trimestre do ano, 19,79% menor que os R\$ 0,389 milhões do período comparativo.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 6,2 milhões no primeiro trimestre de 2019, acréscimo de 1,7% em relação ao primeiro trimestre de 2018.

No primeiro trimestre de 2019 o **EBITDA** alcançou R\$ 40,5 milhões, valor 25,5% superior ao alcançado no 1T18, devido à maior receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 13,4 milhões, 10,4% superior ao 1T18 em decorrência da depreciação acelerada de equipamentos que serão doados para a construção da linha de transmissão.

Comentário do Desempenho



A variação do **Resultado Financeiro** líquido 1T19 foi negativo em R\$ 1,9 milhões, 38,0% superior ao 1T18, devido principalmente o ganho de atualização monetária das ações judiciais pelo IPCA no primeiro trimestre de 2018, bem como a atualização do saldo de licenças ambientais com base no IGPM.

No 1T19, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 12,6 milhões, 72,8% superior ao período comparativo do exercício anterior, em função da maior receita de arrendamento no período.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T19	4T18	var.%	1T18	var.%
(+) Dívida bruta	98,050	93,311	5.1%	131,180	-25.3%
(-) Disponibilidades	-31,573	-1,761	1692.9%	-19,476	62.1%
(=) Dívida líquida	66,477	91,550	-27.4%	111,704	-40.5%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 98,1 milhões em 31 de Março de 2019, principalmente composta por ações preferenciais reconhecidas a valor presente de acordo com o CPC 39.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 31.6 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 66.5 milhões em 31 de março de 2019, decréscimo de 27.4% em relação ao 4T18. Essa variação deve-se, em maior parte, pela quitação do empréstimo em moeda nacional com o Banco Itaú (CDI 1,2 % a.a) no terceiro trimestre de 2018.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	31.573	1.761
Concessionárias		2.264	1.914
Rendas a receber	4	16.577	12.682
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	7.413	12.306
Outros tributos compensáveis	5	1.021	1.235
Estoques		5.960	5.953
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos	8	1.558	1.449
Total do Ativo Circulante		66.414	37.348
Não circulante			
Depósitos vinculados	13	775	635
Prêmio de risco - GSF		431	443
Outros créditos	8	195	175
		1.401	1.253
Imobilizado	9	1.071.121	1.081.565
Intangível	10	11.113	11.825
		1.082.234	1.093.390
Total do Ativo Não circulante		1.083.635	1.094.643
TOTAL DO ATIVO		1.150.049	1.131.991
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		3.303	5.486
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	5.326	
Outros tributos a recolher	5	1.835	6.100
Dividendos	11	32.347	22.910
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	9.607	5.529
Benefícios pós-emprego		32	31
Uso do bem público		4.673	4.998
Provisões	13	6.845	5.465
Outras contas a pagar	8	4.083	3.351
Total do Passivo Circulante		68.051	53.870
Não circulante			
Tributos diferidos	6	32.979	34.222
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	88.443	87.782
Benefícios pós-emprego		943	906
Uso do bem público		44.669	44.298
Provisões	13	13.637	14.207
Outras contas a pagar	8	2.268	828
Total do Passivo Não circulante		182.939	182.243
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	804.459	804.459
Reservas de capital	14.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	14.2	67.185	76.622
Outros resultados abrangentes		324	324
Lucros acumulados		12.618	
Total do Patrimônio líquido		899.059	895.878
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.150.049	1.131.991

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2019	2018
Receitas	15	47.183	36.405
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	16		
Custo do serviço de energia elétrica		(466)	(389)
Custo de operação		(16.472)	(16.812)
		(16.938)	(17.201)
Lucro bruto		30.245	19.204
Despesas e Receitas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(3.234)	(3.332)
Outras despesas e receitas operacionais		(1)	1.805
		(3.235)	(1.527)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		27.010	17.677
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		444	1.252
Despesas financeiras		(7.424)	(6.311)
		(6.980)	(5.059)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		20.030	12.618
Tributos sobre o lucro	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.655)	(5.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.243	171
		(7.412)	(5.318)
Lucro líquido do período		12.618	7.300
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	19		
ON		0,01186	0,00758
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,03669	0,00755
PNB		0,03669	0,03666
PNC		0,03669	0,00758

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do período	12.618	7.300
Resultado abrangente do período	<u>12.618</u>	<u>7.300</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	Período de 3 meses findos em 31 de março			
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.459	14.473	70.351	373
Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018			(7.959)	
Lucro líquido do período				7.300
Saldos em 31 de março de 2018	804.459	14.473	62.392	373
				7.300
				7.300
				888.997
				(7.959)
				7.300
				888.997
				-
				889.656
				-
				895.878
				-
				12.618
				12.618
				899.059

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		20.030	12.618
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos			11
Depreciações e amortizações		13.447	12.182
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		63	321
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		4.739	4.657
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.300	1.329
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		67	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		37	31
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		403	(2.389)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		862	220
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(241)	(126)
Amortização do prêmio de risco - GSF		12	12
Outros		(7)	(228)
		<u>40.712</u>	<u>28.638</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(350)	(380)
Outros tributos compensáveis		(132)	(183)
Estoques		(7)	(85)
Cauções e depósitos vinculados		(130)	
Rendas a receber		(3.895)	2.938
Outros ativos operacionais		(129)	(777)
		<u>(4.643)</u>	<u>1.513</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(2.183)	(290)
Outros tributos a recolher		1.613	(7.032)
Benefícios pós-emprego		1	
Provisões		(759)	(800)
Uso do bem público		(1.254)	(1.183)
Outros passivos operacionais		205	1.886
		<u>(2.377)</u>	<u>(7.419)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>33.692</u>	<u>22.732</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.693)	(58.236)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais		<u>29.999</u>	<u>(35.504)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(73)	(1.376)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(73)</u>	<u>(1.376)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos			39.676
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(6.667)
Pagamentos de encargos de dívidas			(243)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(114)	
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	21	<u>(114)</u>	<u>32.766</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>29.812</u>	<u>(4.114)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		31.573	19.476
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.761	23.590
		<u>29.812</u>	<u>(4.114)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	2019	2018
Geração do valor adicionado	<u>52.456</u>	<u>41.731</u>
Receita operacional	52.079	40.204
Receita relativa à construção de ativos próprios	377	1.527
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(3.252)</u>	<u>(4.215)</u>
Custos da energia comprada	(42)	18
Encargos de uso da rede elétrica	(472)	(447)
Materiais	(298)	(758)
Serviços de terceiros	(2.149)	(3.286)
Outros custos operacionais	(291)	258
Valor adicionado bruto	<u>49.204</u>	<u>37.516</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(13.479)	(12.215)
Valor adicionado líquido produzido	<u>35.725</u>	<u>25.301</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	466	1.301
Valor adicionado total a distribuir	<u>36.191</u>	<u>26.602</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.671	2.559
Benefícios	592	455
FGTS	172	167
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	12.637	9.464
Estaduais	66	238
Municipais	6	33
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	7.424	6.311
Aluguéis	5	75
	<u>23.573</u>	<u>19.302</u>
Lucros retidos	12.618	7.300
	<u>36.191</u>	<u>26.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 4), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de março de 2019 de R\$5.173, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.342 (R\$49.296 em 31 de dezembro de 2018). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 26 de abril de 2019. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2018, com exceção das novas normas de contabilidade adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme descrito na nota 2.7.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas informações contábeis intermediárias anuais de 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 27 de fevereiro de 2019. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Número da nota explicativa em 31/12/2018	Título da nota explicativa	Justificativa
5	Concessionárias	(a)
10	Estoques	(a)
11	Prêmio de risco - GSF	(a)
15	Fornecedores	(a)
18	Benefício pós emprego	(a)
19	Uso do bem público - UBP	(a)
21.3.1	Ágio na emissão de ações	(b)
21.3.4	Reserva de investimento	(b)
21.4	Outros resultados abrangentes	(a)
27.1.1.1	Ativos financeiros	(b)
27.1.1.2	Passivos financeiros	(b)
27.1.2	Valor justo	(b)
27.1.2.1	Mensuração a valor justo	(b)
30	Cobertura de seguros	(a)

(a) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2019, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Determinação da receita com arrendamento (Notas 4 e 15); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 9 e 10); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 13.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o período findo em 31 de março de 2019 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, o efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como um ajuste nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Adicionalmente, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo				
Imobilizado	9	1.081.565	2.011	1.083.576
Passivo				
Outras contas a pagar (Circulante)	8.1	3.351	899	4.250
Outras contas a pagar (Não circulante)	8.1	828	1.112	1.940

2.7.1.1 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento e que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias, a Companhia usualmente consulta assessores jurídicos externos a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada e, por essa razão, a Administração da Companhia não identificou impactos significativos na adoção desta interpretação.

2.7.1.2 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	13.913	241
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	17.660	1.520
	17.660	1.520
Total	31.573	1.761

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 90,00% a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

4 Rendas a receber

	Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018
Lajeado Energia	12.102	9.258
Paulista Lajeado	1.160	888
CEB Lajeado	3.315	2.536
	16.577	12.682

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 7).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 15), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2018 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no IPCA para o exercício de 2019 refletido no CA; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2019 em relação ao exercício anterior de 0,16 p.p..

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/03/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		12.306		241	3.693	(5.716)	(3.111)	7.413
Total Circulante		12.306	-	241	3.693	(5.716)	(3.111)	7.413
Outros tributos compensáveis								
ICMS		26					(11)	15
PIS e COFINS		-	117				(117)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		1.091	15				(218)	888
IR/CS retidos sobre faturamento		48						48
Outros		70						70
Total Circulante		1.235	132	-	-	-	(346)	1.021
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	8.655				(3.329)	5.326
Total Circulante		-	8.655	-	-	-	(3.329)	5.326
Outros tributos a recolher								
ICMS		35	291		(306)		(11)	9
PIS e COFINS		1.190	4.839		(3.156)	(1.190)	(117)	1.566
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		96	51		(100)			47
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.1	4.526				(4.526)		-
Encargos com pessoal		253	4		(44)			213
Total Circulante		6.100	5.185	-	(3.606)	(5.716)	(128)	1.835

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$4.526 é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2018 e foi liquidado em janeiro de 2019.

6 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não Circulante	
		31/03/2019	31/12/2018
PIS e COFINS		11	11
Imposto de renda e contribuição social	6.1	32.968	34.211
		32.979	34.222

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
						2019	2018
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		163	150			13	11
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.901	2.795			106	(812)
Uso do bem público - CPC 25		16.777	16.761	3.029	3.084	71	105
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	6.1.1.1			45.489	46.116	627	(3)
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		167	167				
Licenças ambientais		2.327	2.158	7.262	7.475	382	68
Outras		562	514	85	81	44	802
Total bruto		22.897	22.545	55.865	56.756	1.243	171
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(22.897)	(22.545)	(22.897)	(22.545)		
Total		-	-	32.968	34.211		

6.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 12).

6.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	A partir de 2027	Total Não circulante
2.813	3.751	3.751	2.898	2.614	6.534	536	22.897

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições da Instrução CVM nº 371/02 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº01/2019.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 11) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave de administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado Operacionais	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	192.67	01/08/2002 a 15/12/2032	218	167	-	-	590	443
EDP São Paulo	Controle Comum	192.67	01/08/2005 a 15/12/2032	7	5	-	-	18	14
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	-	01/08/2005 a 15/12/2032	22	18	-	-	63	50
				247	190	-	-	671	507
Rendas a receber (Nota 4)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	-	-	12.102	9.258	-	-	36.305	27.774
CEB Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	3.315	2.536	-	-	9.947	7.609
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	-	-	1.160	888	-	-	3.480	2.664
				16.577	12.682	-	-	49.732	38.047
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 6)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2018 a 31/12/2019	25	25	738	806	(124)	-
Compartilhamento dos serviços de Infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	-	22	-	(76)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2018 a 31/12/2019	-	-	360	-	(351)	(700)
Contrato de prestação de serviços (d)									
EDP PCH	Controle Comum (*)	-	01/01/2017 a 31/12/2018	-	-	-	-	-	(213)
Reembolso de prêmio de seguro									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	-	31/03/2019	-	-	6	-	6	(6)
Porto do Pacém	Controle Comum	-	31/03/2019	-	-	1	-	1	(1)
EDP São Paulo	Controle Comum	-	31/03/2019	-	-	7	-	7	(7)
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	31/03/2019	-	-	1	-	28	(28)
				-	-	1.113	828	(461)	(989)
				16.824	12.872	1.113	828	49.942	37.565

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tinha por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

d) Contrato de prestação de serviços: O instrumento tinha por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico, e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 31 de março

	2019				2018			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	156	19	37	212	163	19	30	212
Benefícios de curto prazo (b)	5			5	7			7
Total	161	19	37	217	170	19	30	219

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar			301	153	
Serviços em curso			431	434	95
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7				54
Despesas pagas antecipadamente			771	838	46
Outros			55	24	55
Total			1.558	1.449	195
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - concessionárias			900	900	
Folha de pagamento			142	245	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7				1.113
Arrendamentos e Aluguéis	8.1		833		1.154
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.2		2.093	2.100	
Encargos Setoriais			47	44	
Outros			68	62	1
Total			4.083	3.351	2.268

8.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/03/2019
Circulante	-	899	(114)	22	4	(1)	810
Não circulante	-	1.112		25	(4)	21	1.154
Total	-	2.011	(114)	47	-	20	1.964

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados, conforme abaixo:

	Taxas (%)
Edifícios	7,22 a 9,81
Equipamentos de informática	7,87
Veículos	8,28

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

Circulante	
2019	710
2020	123
Total	833

Não Circulante	
2020	675
2021	357
2022	86
2023	36
Total	1.154

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 9).

8.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

9.1 Composição do imobilizado

	31/03/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(224.895)	470.066	2,00	694.961	(221.420)	473.541
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,34	333.982	(129.494)	204.488	2,34	333.982	(127.541)	206.441
Máquinas e equipamentos	3,02	411.968	(184.730)	227.238	3,02	411.968	(181.627)	230.341
Veículos	14,29	734	(507)	227	14,29	734	(493)	241
Móveis e utensílios	6,25	35	(8)	27	6,37	35	(7)	28
		1.556.190	(539.634)	1.016.556		1.556.190	(531.088)	1.025.102
Sistema de transmissão de conexão (Nota 9.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,71	8.328	(8.083)	245	17,71	8.328	(7.714)	614
Máquinas e equipamentos	20,21	73.603	(65.233)	8.370	20,21	73.603	(61.636)	11.967
		81.931	(73.316)	8.615		81.931	(69.350)	12.581
Administração								
Máquinas e equipamentos	12,02	1.323	(865)	458	11,70	1.323	(837)	486
Veículos	14,29	617	(412)	205	14,29	617	(391)	226
Móveis e utensílios	6,41	843	(381)	462	6,25	841	(368)	473
		2.783	(1.658)	1.125		2.781	(1.596)	1.185
Total do imobilizado em serviço		1.640.904	(614.608)	1.026.296		1.640.902	(602.034)	1.038.868
Ativos de direito de uso (Nota 9.1.2)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,46	1.768	(156)	1.612				-
Equipamentos de informática	51,95	21	(3)	18				-
Veículos	49,32	245	(30)	215				-
Total Ativos de direito de uso		2.034	(189)	1.845		-	-	-
Imobilizado em curso								
Geração		42.760		42.760		42.476		42.476
Administração		220		220		221		221
Total do imobilizado em curso		42.980	-	42.980		42.697	-	42.697
Total do imobilizado		1.685.918	(614.797)	1.071.121		1.683.599	(602.034)	1.081.565

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Do montante de R\$8.615 (R\$12.581 em 31 de dezembro de 2018), R\$2.986 (R\$6.967 em 31 de dezembro de 2018) são relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº 04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa.

Conforme contrato de concessão, a transferência dos ativos para Taesa e respectiva depreciação dos ativos, estava prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Em julho de 2018, a Companhia recebeu notificação da Taesa informando a expectativa da antecipação da transferência dos bens para o mês de junho de 2019, fazendo com que a Companhia alterasse o prazo da depreciação de dezembro de 2019 para maio de 2019.

9.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Notas 2.7.1 e 8.1) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.
- **Equipamentos de informática:** refere-se ao contrato de aluguel de notebooks e desktops utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

9.2 Movimentação do imobilizado

Nota	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2) (Nota 8.1)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/03/2019
Imobilizado em serviço								
Terrenos	114.510							114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	473.541				(3.475)			470.066
Edificações, obras civis e benfeitorias	207.055				(2.322)			204.733
Máquinas e equipamentos	242.794				(6.728)			236.066
Veículos	467				(35)			432
Móveis e utensílios	501			2	(14)			489
Total do imobilizado em serviço	1.038.868	-	-	2	(12.574)	-	-	1.026.296
Ativos de direito de uso								
9.1.2								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.756	12		(156)			1.612
Equipamentos de informática	-	19	2		(3)			18
Veículos	-	236	9		(30)			215
Total Ativos de direito de uso	-	2.011	23	-	(189)	-	-	1.845
Imobilizado em curso								
Terrenos								
Reservatórios, barragens e adutoras	3.202		306					3.508
Máquinas e equipamentos	15.057		46			(2)	1.858	16.959
Adiantamento a fornecedores	3.137					(84)	(1.853)	1.200
Depósitos Judiciais	16.387							16.387
Outros	4.914		17	(2)			(3)	4.926
Total do imobilizado em curso	42.697	-	369	(2)	-	(86)	2	42.980
Total do imobilizado	1.081.565	2.011	392	-	(12.763)	(86)	2	1.071.121

10 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

	31/03/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(71)	7	20,00	78	(68)	10
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(6.556)	1.544	25,42	8.100	(6.041)	2.059
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(11.230)	8.907	3,22	20.137	(11.068)	9.069
		28.315	(17.857)	10.458		28.315	(17.177)	11.138
Sistema de transmissão de conexão (Nota 9.1.1)								
Servidão permanente	39,40	111	(103)	8	39,40	111	(92)	19
		111	(103)	8		111	(92)	19
Administração								
Software	20,00	1.989	(1.789)	200	20,00	1.989	(1.762)	227
		1.989	(1.789)	200		1.989	(1.762)	227
Total do intangível em serviço		30.415	(19.749)	10.666		30.415	(19.031)	11.384
Intangível em curso								
Administração		447	-	447		441	-	441
Total do intangível em curso		447	-	447		441	-	441
Total do intangível		30.862	(19.749)	11.113		30.856	(19.031)	11.825

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10.2 Movimentação do intangível**

	Nota	Valor líquido		Amortizações	Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2018	Ingressos			
Intangível em serviço						
Software		237		(30)		207
Serviço permanente		19		(11)		8
Direito de concessão - Licenças ambientais		2.059		(515)		1.544
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.2.1	9.069		(162)		8.907
Total do intangível em serviço		11.384	-	(718)	-	10.666
Intangível em curso						
Software		441	8		(2)	447
Total do Intangível em curso		441	8	-	(2)	447
Total do Intangível		11.825	8	(718)	(2)	11.113

10.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

11 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 25 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$30.190, sendo R\$23.688 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$6.502 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2018 conforme RCA de 21 de dezembro de 2018; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$12.334, sendo R\$9.437 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.897 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 12.2.1). Os respectivos dividendos e JSCP serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2019.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Saldo em 31/12/2018	Dividendos Adicionais	Saldo em 31/03/2019
Lajeado Energia	14.698	6.889	21.587
CEB Lajeado	4.027	1.887	5.914
Paulista Lajeado Energia	1.409	661	2.070
Acionistas não controladores (*)	2.776		2.776
	22.910	9.437	32.347

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Empresa	Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2019				31/12/2018			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional											
Ações recebíveis cumulativa	Investco	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	9.607	38.478	49.965	98.050	5.529	38.848	48.934	93.311
Total				9.607	38.478	49.965	98.050	5.529	38.848	48.934	93.311

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

12.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2019 de R\$98.050 (R\$93.311 em 31 de dezembro de 2018) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em
	31/12/2018	(Nota 12.2.1)			31/03/2019
Circulante					
Juros	5.529	2.897	1.181		9.607
	<u>5.529</u>	<u>2.897</u>	<u>1.181</u>	<u>-</u>	<u>9.607</u>
Não circulante					
Principal	48.934			1.031	49.965
Juros	38.848		(1.181)	811	38.478
	<u>87.782</u>	<u>-</u>	<u>(1.181)</u>	<u>1.842</u>	<u>88.443</u>

12.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 25 de abril de 2019 (Nota 11), registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 17).

12.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2019	8.426
2020	1.181
	<u>9.607</u>
Não circulante	
2020	3.539
2021	3.995
2022	3.675
2023	3.381
2024 até 2028	13.253
2029 até 2033	60.600
	<u>88.443</u>
Total	<u>98.050</u>

13 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1			13.637	13.324	775	635
Licenças ambientais	13.2	6.845	5.465		883		
Total		<u>6.845</u>	<u>5.465</u>	<u>13.637</u>	<u>14.207</u>	<u>775</u>	<u>635</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2019	Depósito judicial	
							31/03/2019	31/12/2018
Trabalhistas	149			(88)	(61)	-	617	454
Cíveis	11.675	90	(90)	(1)	463	12.137		
Outros	1.500					1.500		
Total Não circulante	<u>13.324</u>	<u>90</u>	<u>(90)</u>	<u>(89)</u>	<u>402</u>	<u>13.637</u>	<u>617</u>	<u>454</u>

13.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2019 é de R\$4.446 (R\$4.276 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2019 é de R\$7.691 (R\$7.399 em 31 de dezembro de 2018). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 9.2).

13.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

13.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Ativo			
			Depósito judicial	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhistas			19	51
Cíveis	101.079	97.270		
Fiscais	3.487	3.321	17	
Total	104.566	100.591	36	51

13.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2019 de R\$100.279 (R\$96.456 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2019 de R\$71 (R\$68 em 31 de dezembro de 2018).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso.

O valor estimado em 31 de março de 2019 é de R\$653 (R\$628 em 31 de dezembro de 2018).

13.1.2.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2019 é de R\$122 (R\$130 em 31 de dezembro de 2018).

13.2

Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$669 (R\$918 em 2018). Para 2019, a totalidade deste montante (R\$800 em 2018) refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados. Adicionalmente, em 2018, também houve R\$118 de gastos relativos ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2019
Circulante	5.465	304	(669)	604	883	258	6.845
Não circulante	883				(883)		
Total	6.348	304	(669)	604	-	258	6.845

14

Patrimônio líquido

14.1

Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 12). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de março de 2019 face a 31 de dezembro de 2018. Segue a composição do Capital social:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	31/03/2019 e 31/12/2018											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNE"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

14.2 Reservas

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		48.926	48.926
Retenção de lucros	14.2.1	5.341	2.444
Lucro do exercício a deliberar	14.2.2		12.334
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		12.918	12.918
		67.185	76.622
Total		81.658	91.095

14.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$2.897 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 12.2.

14.2.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$12.334, R\$9.437 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 11) e R\$2.897 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 12.2.1). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 25 de abril de 2019.

15 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Período de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	8.235	8.366	1.565	1.534
Energia de curto prazo	2.744	2.231	613	458
Arrendamentos e aluguéis	4 e 7		49.732	38.047
Outras receitas operacionais			169	165
Receita operacional bruta	10.979	10.597	52.079	40.204
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(4.817)	(3.719)
P&D			(19)	(17)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(53)	(57)
Outros encargos			(7)	(6)
			(4.896)	(3.799)
Receitas	10.979	10.597	47.183	36.405

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

16 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	Período de 3 meses findos em 31 de março				
	2019				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	37				37
Encargos de uso da rede elétrica	428				428
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	16.1	2.409	1.325		3.734
Material		188	33		221
Serviços de terceiros	16.2	876	1.140		2.016
Depreciação - Imobilizado em serviço		12.113	427		12.540
Depreciação - Ativos de direito de uso			189		189
Amortização		689	29		718
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1.1			1	1
Arrendamentos e aluguéis			3		3
Outras		1	88		286
Total		466	16.472	3.234	20.173

Nota	Período de 3 meses findos em 31 de março				
	2018				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(18)				(18)
Encargos de uso da rede elétrica	406				406
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	16.1	2.148	1.341		3.489
Material		133	29		162
Serviços de terceiros	16.2	1.196	1.247		2.443
Depreciação - Imobilizado em serviço		11.149	315		11.464
Amortização		685	33		718
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(1.805)	(1.805)
Arrendamentos e aluguéis		(1)	73		72
Outras		1	294		1.797
Total		389	16.812	3.332	18.728

16.1 Pessoal e Administradores

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	1.958	1.948
Encargos	638	548
Previdência privada - Corrente	131	65
Despesas rescisórias	5	38
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	264	249
Outros benefícios - Corrente	446	382
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	9	8
	3.451	3.238
Administradores		
Honorários e encargos	277	250
Benefícios dos administradores	6	1
	283	251
	3.734	3.489

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16.2 Serviços de terceiros**

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2019	2018
Serviços de consultoria	500	450
Serviços de manutenção	332	436
Serviços de limpeza e vigilância	322	373
Serviços ambientais	100	118
Serviços de informática	282	192
Serviços de publicação e publicidade	143	168
Serviços compartilhados	189	
Outros	148	706
	<u>2.016</u>	<u>2.443</u>

17 Resultado financeiro

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	185	333
Energia vendida	13	14
Depósitos judiciais	10	819
Juros e multa sobre tributos	241	126
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(22)	(49)
Outras receitas financeiras	17	9
	<u>444</u>	<u>1.252</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	12.2	(2.897)
Ajustes a valor presente	12.2	(1.842)
Juros e variações monetárias		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1.1	(402)
Uso do bem público		(1.300)
Benefícios pós-emprego		(24)
Arrendamentos e aluguéis	8.1	(67)
Outros juros e variações monetárias		(862)
Outras despesas financeiras		(30)
	<u>(7.424)</u>	<u>(6.311)</u>
	<u>(6.980)</u>	<u>(5.059)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	IRPJ / CSLL	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	20.030	12.618
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(6.810)</u>	<u>(4.290)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(22)	
Juros sobre as ações preferenciais	(986)	(831)
Outras		(334)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	364	96
Incentivos fiscais	42	41
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(7.412)</u>	<u>(5.318)</u>
Alíquota Efetiva	37,0%	42,1%

19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	4.772	3.049
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	123
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	813
	<u>12.618</u>	<u>7.300</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,01186	0,00758
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,00755
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03666
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,00758

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 19.1)	Resultado por classe de ações
2018			
Ordinárias (ON)	3.734	(685)	3.049
Preferenciais Classe "R" (PNR)	2.372	754	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	151	(28)	123
Preferenciais Classe "B" (PNB)	48	141	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	995	(182)	813
	<u>7.300</u>	<u>-</u>	<u>7.300</u>
2019			
Ordinárias (ON)	6.454	(1.682)	4.772
Preferenciais Classe "R" (PNR)	4.100	(974)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	261	337	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	83	106	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.720	2.213	3.933
	<u>12.618</u>	<u>-</u>	<u>12.618</u>

19.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	17.660	1.520	17.660	1.520
			<u>17.660</u>	<u>1.520</u>	<u>17.660</u>	<u>1.520</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	13.913	241	13.913	241
Concessionárias		Nível 2	2.264	1.914	2.264	1.914
Rendas a receber	4	Nível 2	16.577	12.682	16.577	12.682
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2	54	25	54	25
			<u>32.808</u>	<u>14.862</u>	<u>32.808</u>	<u>14.862</u>
			<u>50.468</u>	<u>16.382</u>	<u>50.468</u>	<u>16.382</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	3.303	5.486	3.303	5.486
Uso do bem público		Nível 2	41.464	41.385	49.342	49.296
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12					
Moeda nacional		Nível 2	93.707	88.954	98.050	93.311
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	Nível 2	1.113	828	1.113	828
Arrendamentos e aluguéis	8.1	Nível 2	1.987	1.987	1.987	1.987
			<u>141.574</u>	<u>136.653</u>	<u>153.795</u>	<u>148.921</u>

20.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 “*Risk Officers*” separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções encontram-se reunidas em uma mesma diretoria.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2019 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

20.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano					
Aplicação financeira - CDB	CDI	17.660	990	990	247	495	(247)	(495)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	<u>17.660</u>	<u>990</u>	<u>990</u>	<u>247</u>	<u>495</u>	<u>(247)</u>	<u>(495)</u>
		<u>17.660</u>	<u>990</u>	<u>990</u>	<u>247</u>	<u>495</u>	<u>(247)</u>	<u>(495)</u>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,5% e 8,8% a.a.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2019					31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.191	1.982	130			3.303
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.113		1.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.529	2.897	1.181	17.022	71.421	98.050
Uso do bem público	393	780	3.500	17.636	27.033	49.296
Arrendamentos e aluguéis	69	139	625	1.154		1.987
	7.182	5.798	5.436	36.925	98.454	153.795
						148.921

20.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de março de 2019 foi negativo em R\$1.637 (R\$16.522 negativo em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às obrigações relacionadas a dividendos, que poderão ser pagas com o fluxo de caixa gerado pela operação.

20.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

20.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/03/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos	98.050	93.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(31.573)	(1.761)
Dívida líquida	66.477	91.550
Total do Patrimônio Líquido	899.059	895.878
Total do capital	965.536	987.428
Índice de alavancagem financeira - %	6,88%	9,27%

21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

21.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2019					Saldo em 31/03/2019
		Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2019	
				Ajuste a valor presente	Adições/baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	11	22.910			9.437	32.347	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	93.311		1.842	2.897	98.050	
Arrendamentos e aluguéis		-	(114)	20	2.034	1.940	
		116.221	(114)	1.862	14.368	-	
						132.337	

	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	2018		Saldo em 31/03/2018
			Efeito não caixa		
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	32.541			7.959	40.500
Empréstimos, financiamentos e debêntures	93.757	32.766	1.789	2.868	131.180
	126.298	32.766	1.789	10.827	171.680

21.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	9.437	7.959
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	304	151
Total	9.741	8.110

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Abril/2019 a Março/2020	Abril/2020 a Março/2022	31/03/2019		Total Geral	31/12/2018
			Abril/2022 a Março/2024	A partir de 2025		
Responsabilidades com locações operacionais	38				38	2.738
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	11.354	7.933	351	41	19.679	21.332
Prêmio de risco - GSF				312	312	312
	11.392	7.933	351	353	20.029	24.382

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Abril/2019 a Março/2020	Abril/2020 a Março/2022	31/03/2019		Total Geral	31/12/2018
			Abril/2022 a Março/2024	A partir de 2025		
Responsabilidades com locações operacionais	38				38	2.840
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	11.272	8.337	393	92	20.094	21.801
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	11.310	8.337	393	964	21.004	25.513

22.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	10.051	9.662
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	7.743	7.743
		17.794	17.405

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23 Eventos subsequentes****23.1 Assembleia Geral Ordinária - AGO**

Foi aprovada em AGO, realizada em 25 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$30.190, sendo R\$23.688 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$6.502 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2018 conforme RCA de 21 de dezembro de 2018; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$12.334, sendo R\$9.437 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.897 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 11). Os respectivos dividendos e JSCP serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2019.

Adicionalmente a destinação do lucro líquido, também foram deliberados:

- (i) Aprovação da remuneração global anual da Diretoria no montante de até R\$956 e do Conselho de Administração de até R\$80, para distribuição entre os membros de cada órgão, na forma a ser determinada pelo Conselho da Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato de 2 anos e do Conselho Fiscal para mandato de 1 ano.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com
Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de
Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

**João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da
Costa**
Conselheiro

Alexandre Guimarães
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de
Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investco S.A.

Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim

Contadora CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 06 de maio de 2019 às 10:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2019, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 06 de maio de 2019.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

ALEXANDRE GUIMARÃES

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 06 de maio 2019, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2019.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 05 de maio de 2019, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2019, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle